
SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
----------------	----

PARTE GERAL

1. Ascensão e Decadência do Jusnaturalismo e do Positivismo Jurídico.....	17
1.1 Jusnaturalismo racionalista: contexto histórico e teses.....	17
1.2 O racionalismo kantiano e sua influência no jusnaturalismo moderno.....	19
1.3 O jusnaturalismo e as revoluções burguesas	21
1.4 O positivismo e a crítica ao jusnaturalismo.....	23
1.5 Críticas ao positivismo jurídico e seu ocaso.....	27
2. Do Estado Liberal ao Social.....	29
2.1 O paradigma do Estado liberal de direito	30
2.2 A transposição do Estado liberal para o social.....	33
3. Formação do Estado Constitucional de Direito e Neoconstitucionalismo	36
3.1 O Estado constitucional de direito	36
3.2 O neoconstitucionalismo	37
3.2.1 Elementos do neoconstitucionalismo	39
3.2.2 Diferenças entre neoconstitucionalismo e o ativismo judicial americano.....	43
3.2.3 Críticas da doutrina estrangeira ao neoconstitucionalismo.....	45
4. A Normatividade dos Princípios.....	47
4.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	48
4.2 Princípio do valor social do trabalho	55
4.3 Princípio da cidadania.....	58
4.4 Princípio da justiça social	63
4.4.1 Da justiça em Aristóteles e São Tomás de Aquino.....	63
4.4.2 Da justiça em John Rawls, Ronald Dworkin e Amartya Sen.....	64
4.4.3 Da justiça social na Constituição de 1988 e nas relações trabalhistas	69
4.5 Princípio da função social da empresa.....	71
4.6 Princípio do mínimo existencial	77
4.6.1 Origem germânica e jurisprudência no Brasil	80
4.6.2 O mínimo existencial e a reserva do possível.....	84
4.6.3 Críticas à teoria do mínimo existencial – judicialização de direitos sociais	86
4.7 Princípio de proibição de retrocesso social.....	86

5.	O Constitucionalismo Social e o Estado Pós-Social	92
6.	Hermenêutica Constitucional.....	96
6.1	A crise de paradigmas da hermenêutica contemporânea.....	97
6.2	Hermenêutica constitucional contemporânea	104
7.	Outros Pós-Positivismos	112
7.1	A tópica-retórica de Theodor Viehweg	113
7.2	A nova retórica jurídica de Chaïm Perelman	117
7.3	A teoria do direito como sistema de Claus-Wilhelm Canaris.....	120
7.4	A teoria do direito como sistema autopoiético de Niklas Luhmann.....	122
8.	Retomada de algumas Premissas Teóricas acerca dos Direitos Fundamentais do Trabalhador.....	126
8.1	A fundamentalidade dos direitos sociais do trabalhador e o entrincheiramento por meio das cláusulas pétreas.....	126
8.2	Classificação adotada	128
8.3	Eficácia dos direitos fundamentais sociais	131
8.3.1	Alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição Federal de 1988, à luz da máxima efetividade e da força normativa da Constituição	132
8.3.2	Eficácia dos direitos sociais prestacionais e o problema da reserva do possível.....	134
8.3.3	Os direitos sociais prestacionais como direitos subjetivos	137
8.4	Das liberdades sociais	141
9.	Direitos Fundamentais como Sistema de Valores.....	145
9.1	Eficácia irradiante dos direitos fundamentais.....	147
9.2	Dever de proteção	148
9.2.1	Proporcionalidade: entre a proibição do excesso e a proteção insuficiente.....	150
9.2.2	O princípio da proporcionalidade como proibição da insuficiência.....	153
9.2.3	Proibição da insuficiência: doutrina nacional e Supremo Tribunal Federal	156
10.	Direitos Fundamentais na Relação de Emprego.....	161
10.1	A explicação contratualista	167
10.2	A explicação institucionalista	172
10.3	Dupla perspectiva dos direitos fundamentais	174
10.3.1	Da escola de exegese à jurisprudência dos interesses	174
10.3.2	A chegada da jurisprudência de valores.....	177
10.4	Vinculação dos particulares aos direitos fundamentais	180
10.5	Teorias que tentam explicar a eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre privados	181
10.5.1	A doutrina da <i>state action</i>	181
10.5.2	Teoria da eficácia mediata	185
10.5.3	Teoria da eficácia imediata	187
10.5.4	A doutrina de Jürgen Schwabe	191
10.5.5	Teoria integradora de Robert Alexy	192
10.6	Eficácia dos direitos fundamentais na relação de emprego no Brasil	193

11. Direito Internacional Público do Trabalho	198
11.1 A Organização Internacional do Trabalho – OIT	200
11.2 Convenções e recomendações da OIT	202
11.3 Incorporação das normas internacionais ao direito interno brasileiro	203
11.4 Controle de convencionalidade	204
11.5 O transconstitucionalismo	208

PARTE ESPECIAL

1. Autonomia e Subordinação na Relação de Emprego	213
1.1 Teorias clássicas sobre a subordinação	214
1.2 Precarização das relações de trabalho e crise do conceito de subordinação jurídica	218
1.3 Conceitos emergentes de subordinação	221
1.3.1 Parassubordinação	221
1.3.2 Subordinação objetiva	224
1.3.3 Subordinação estrutural	226
1.3.4 Subordinação integrativa	229
1.3.5 Subordinação estrutural-reticular	230
1.4 Uberização das relações de trabalho e o discurso do empreendedorismo	231
1.4.1 Fases da revolução industrial e origens da uberização	231
1.4.2 Configuração do capitalismo de plataforma e suas consequências sociais e econômicas	234
1.4.3 A subordinação estrutural no capitalismo de plataforma digital	237
1.4.4 A uberização na jurisprudência	239
1.4.5 Discurso do empreendedorismo: uma visão crítica	241
1.5 Da inconstitucionalidade do art. 442-B da CLT	243
2. Direitos Laborais Inespecíficos do Cidadão Empregado: Igualdade, Liberdade, Intimidade, Vida Privada, Honra, Imagem e Devido Processo Legal	247
3. Direito a Igualdade e não Discriminação na Relação de Trabalho	249
3.1 Estereótipo, preconceito, discriminação e estigma: distinções	250
3.2 Normas internacionais. Discriminação legítima e ilegítima	252
3.3 Hipóteses excetivas de discriminação	253
3.3.1 <i>Business necessity defense</i> e seu vínculo com a <i>disparate impact theory</i>	254
3.3.2 <i>Bona fide occupational qualification</i> e sua vinculação à discriminação direta	257
3.4 Modalidades de discriminação	258
3.5 Diferenças entre assédio moral e discriminação	260
3.6 Combate à discriminação nas relações de trabalho	260
3.7 Aspectos sobre a demonstração da discriminação. A prova estatística	265
3.8 Ações afirmativas nas empresas	268
3.8.1 Ações afirmativas empresariais voluntárias e as decisões da Suprema Corte norte-americana	270
3.8.2 Ações afirmativas e as decisões do Supremo Tribunal Federal	271
3.8.3 Constitucionalidade das ações afirmativas voluntárias adotadas pelas empresas	273

4.	Direito à Liberdade e Poder Diretivo do Empregador	274
4.1	Conceito e histórico.....	274
4.2	Conceitos de poder: Weber, Marx, Gramsci, Foucault e Han	277
4.2.1	Poder em Max Weber	278
4.2.2	Poder em Karl Marx e Antonio Gramsci	281
4.2.3	Poder em Michel Foucault	284
4.2.4	Poder em Byung Chul Han	287
4.3	Poder diretivo	288
4.3.1	Conceito e dimensões.....	289
4.3.2	Fundamentos normativos	291
4.3.3	Fundamentos teóricos.....	292
4.3.4	Natureza jurídica.....	298
4.3.5	Exercício do poder diretivo na contemporaneidade: da sociedade disciplinar de Foucault para a sociedade de controle de Deleuze	300
4.4	Limites ao poder diretivo do empregador.....	302
4.4.1	Limites normativos.....	303
4.4.2	Limites circunstanciais.....	309
4.5	<i>Hard cases</i> : poder diretivo <i>versus</i> liberdade.....	309
4.5.1	Liberdade de expressão e opinião. A questão das redes sociais.....	310
4.5.2	Liberdade de crença e de religião	314
4.5.3	Liberdade política.....	317
4.5.4	Liberdade de trabalho, ofício ou profissão	319
4.5.5	Liberdade de agir e autodeterminação: a conduta pública fora da empresa e o uso de produtos de marcas concorrentes.....	321
4.5.6	Liberdade de locomoção e circulação	325
4.5.7	Liberdade de associação sindical	328
4.6	Empresas de tendência	331
5.	Direito à Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem.....	336
5.1	Direitos da personalidade	336
5.1.1	Vida privada e intimidade.....	340
5.1.1.1	Teorias sobre os direitos à vida privada e à intimidade.....	341
5.1.1.2	Normas constitucionais e infraconstitucionais.....	346
5.1.2	Direito à honra	347
5.1.3	Direito à imagem.....	350
5.1.4	Direito de arena e direito à imagem dos atletas profissionais	353
5.2	<i>Hard cases</i> : poder diretivo <i>versus</i> intimidade, vida privada, honra e imagem.....	357
5.2.1	Entrevistas de emprego e seleção de pessoal.....	358
5.2.2	Exigências na contratação: experiência, antecedentes criminais e cadastro em serviços de proteção ao crédito.....	362
5.2.3	Exames médicos admissionais, periódicos e demissionais. A proteção da informação genética do empregado.....	363
5.2.4	Realização de exames toxicológicos.....	364
5.2.5	Imposição de tratamento médico ou terapêutico.....	366

5.2.6	Revista íntima	367
5.2.7	Câmeras de vigilância, escutas ambientais e escutas telefônicas	371
5.2.8	E-mails e mensagens de celular ou de aplicativos	372
5.2.9	Acesso à internet para fins pessoais durante a jornada de trabalho, do computador da empresa	373
5.2.10	Controle do uso do celular durante a jornada para acesso a internet, redes sociais, aplicativos ou para realização de chamadas telefônicas.....	373
5.2.11	Controle de idas ao banheiro.....	373
5.2.12	Relacionamentos amorosos entre empregados.....	375
5.2.13	Propaganda comercial e direito ao nome e à imagem do empregado	376
5.2.14	Uniformes com logomarcas e uniformes vexatórios	377
5.3	A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a relação de emprego	379
5.3.1	Histórico e normas internacionais.....	380
5.3.2	Princípios, abrangência e conceitos legais	382
5.3.3	Aplicação da Lei n. 13.709/2018 nas diferentes fases da relação de trabalho.....	384
5.3.3.1	Fase pré-contratual.....	385
5.3.3.2	Fase contratual.....	386
5.3.3.3	Fase pós-contratual	388
5.3.4	Controvérsias sobre a interpretação da Lei n. 13.709/2018	388
6.	Devido Processo Legal na Relação de Emprego	391
6.1	Devido processo legal nas relações privadas em geral	391
6.1.1	Entidades associativas e sociedades	391
6.1.2	Relações condominiais	395
6.2	Devido processo legal na relação de emprego – o poder disciplinar.....	395
6.2.1	Poder disciplinar no direito brasileiro	397
6.2.2	Limites ao poder disciplinar	398
6.2.3	Necessária observância do contraditório e da ampla defesa na aplicação de penalidades trabalhistas.....	403
6.3	Devido processo legal na cessação da relação de emprego – o dever de motivar a despedida.....	414
6.3.1	Eficácia da primeira parte do art. 7º, inciso I, da CRFB/88: a denúncia vazia como ato ilícito	415
6.3.2	Controvérsias sobre a Convenção n. 158 da OIT	418
6.3.3	O dever de motivar a despedida como corolário do devido processo legal.....	422
7.	Devido Processo Legal na Despedida Coletiva.....	425
7.1	A proteção contra a despedida arbitrária como liberdade social e a inconstitucionalidade do art. 477-A da CLT.....	425
7.2	O pseudodireito potestativo de despedir e a contribuição da jurisprudência.....	428
7.3	O devido processo legal como solução para a despedida coletiva	432
8.	Limites Constitucionais à Autonomia Privada Coletiva	435
8.1	Posicionamentos do Supremo Tribunal Federal quanto aos limites constitucionais à autonomia privada coletiva.....	436
8.2	Supremacia do negociado sobre o legislado na Lei n. 13.467/2017 e os limites constitucionais	440

8.3	Limitações à interpretação de normas coletivas	445
8.4	Taxatividade de matérias vedadas à negociação coletiva.....	450
9.	Assédio Moral	453
9.1	Conceito, elementos e natureza jurídica	454
9.2	Contexto organizacional.....	457
9.3	Modalidades.....	459
9.4	Conceitos afins	461
9.4.1	Assédio moral e assédio sexual.....	461
9.4.2	Assédio moral e discriminação	464
9.5	Casuística do assédio moral.....	465
9.5.1	Condutas que configuram assédio moral.....	465
9.5.2	Condutas que não configuram assédio moral	466
9.6	Consequências jurídicas do assédio moral	467
10.	Meio Ambiente do Trabalho sob a Perspectiva Constitucional	469
10.1	Princípios e normas que regem o meio ambiente do trabalho	471
10.2	Equívoco da monetização do risco: adicionais de insalubridade, periculosidade e horas extraordinárias e indenização por acidente de trabalho.....	476
10.3	Responsabilidade do empregador no acidente de trabalho e no descumprimento de normas regulamentadoras	479
11.	Equiparação Salarial.....	485
11.1	O princípio da igualdade e a desigualdade salarial	485
11.2	A equiparação salarial após o advento da Lei n. 13.467/2017	487
11.3	Horizontes da equiparação salarial.....	492
12.	Terceirização.....	494
12.1	Histórico da terceirização no Brasil	497
12.2	Conceito de atividade-fim e fundamentos dos julgados do Supremo Tribunal Federal	499
12.3	O <i>distinguishing</i>	507
12.4	Terceirização de atividade-fim a partir das Leis ns. 13.429/2017 e 13.467/2017.....	509
12.5	Terceirização no serviço público	513
12.6	Trânsito em julgado de decisões judiciais e a fixação de tese na ADPF 324 e no RE n. 958.252.....	518
	Referências.....	521